

|                  |   |
|------------------|---|
| Pregão           | 026/2020                                  |
| Data de Abertura | 24/03/2020                                |
| Empresa          | PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI |
| CNPJ             | 78.533.312/0001-58                        |

**Check List Relativo às planilhas de Formação de Custos**

| 1.   | Verificações prévias   | Sim | Não | Não se aplica |   |
|------|--|-----|-----|---------------|---|
| 1.1  | Edital exige salários mínimos?   | x   |     |               |   |
| 1.2  | Há exigência de valores mínimos de benefícios?   |     | x   |               |   |
| 1.3  | Há condição diferenciada de férias (períodos de recesso sem exigência de substituição, etc.)?  | x   |     |               |   |
| 2.   | Verificações na planilha   | Sim | Não | Não se aplica | Observações/Pedidos de esclarecimento   |
| 2.1  | Em caso de resposta positiva ao item 1.1, a proposta atende aos valores mínimos de salários definidos no edital?   | x   |     |               |   |
| 2.2  | Foi apresentada a CCT a qual se vincula a empresa (CLT art. 511 § 2º)?   | x   |     |               | CCT SEAC/DF X SINTEL/DF 2019/2019 Nº DF000031/2019 (vigência expirada em 31/12/2019)  |
| 2.3  | Caso a empresa tenha se declarado desonerada (percentual de INSS no módulo 4.1 zerado), os valores da proposta estão abaixo dos valores estimados para empresas desoneradas (no edital, estes valores são diferentes dos valores estimados para empresas sem este benefício)?  | x   |     |               |   |
| 2.4  | Em caso de resposta negativa ao item 1.1, a proposta atende aos pisos salariais estipulados na CCT apresentada?  |     |     | x             |   |
| 2.5  | O RAT apresentado na proposta condiz com o SAT/RAT associado ao CNAE PREPONDERANTE na GFIP da empresa (vide Anexo V do RPS (Decreto nº 3048/99) c/c Anexo I da IN RFB 1.027/2010 e Anexo I da IN RFB 1.071/2010)?  | x   |     |               |   |
| 2.6  | Caso haja incidência de FAP sobre o RAT, foi apresentado o comprovante?  | x   |     |               |   |
| 2.7  | Foi apresentado o memorial de cálculo de cada percentual constante nas planilhas de formação de custos, bem como de cada item cotado nos módulos 2 e 3 (equipamentos, uniformes, EPIs, etc)?   | x   |     |               |   |
| 2.8  | Caso haja adicional noturno, o mesmo foi calculado corretamente (vide condições estipuladas em CCT/ACT, ou memorial de cálculo pelo padrão da CLT, adaptado à situação da contratação)?  |     |     | x             |   |
| 2.9  | Caso haja adicional de periculosidade, o mesmo foi calculado corretamente (vide condições estipuladas em CCT/ACT, ou em CLT, onde a base da cálculo deve ser o salário base)?  |     |     | x             |   |
| 2.10 | Caso haja adicional de insalubridade, o mesmo foi calculado corretamente (vide condições estipuladas em CCT/ACT, ou em CLT, onde a base da cálculo deve ser o salário mínimo vigente)?   |     |     | x             |   |
| 2.11 | Caso haja cotação de horas extras de forma habitual, estas foram calculadas corretamente (vide condições estipuladas em CCT/ACT, ou em CLT)?   |     |     | x             |   |
| 2.12 | Caso haja cotação de materiais ou equipamentos, foram observadas as condições de depreciação estipuladas pela ADVOSF)?   |     |     | x             |   |
| 2.13 | Caso a empresa tenha se declarado desonerada (percentual de INSS no módulo 4.1 zerado), foi apresentada a fundamentação legal e cotado corretamente o INSS sobre o faturamento? Os percentuais de desoneração estão corretos?  |     | x   |               | Apresentar fundamentação legal para utilização da alíquota de 3,00% de CPRB.  |
| 2.14 | Os cálculos estão efetuados corretamente, de acordo com a planilha padrão de conferência (incluindo cálculo de impostos "por dentro" e cálculo de percentuais de despesas administrativas e lucro na forma definida na IN 02/2008, ou seja, despesas administrativas incidem sobre o total dos módulos 1 a 4; lucro incide sobre o total dos módulos 1 a 4 acrescidos das despesas administrativas; impostos incidem sobre o valor final)? |     |     |               | Será avaliado posteriormente.   |
| 2.15 | Os percentuais de aviso prévio trabalhado e indenizado e de suas respectivas multas são coerentes com a sistemática explanada pela SCISF?  | x   |     |               |   |
| 2.16 | Os cálculos de arredondamento são condizentes com as disposições do Ato nº 20 de 2010 do Primeiro-Secretário (inclusive no resumo)?  |     |     |               | Será avaliado posteriormente.   |
| 2.17 | Os benefícios previstos em CCT estão cotados na proposta (observar que o Plano de Saúde na CCT do SEAC/SINDISERVIÇOS não pode ser aceito, tendo em vista o posicionamento da ADVOSF)?  |     | x   |               | Não foram cotados os benefícios de plano ambulatorial, assistência odontológica e auxílio funeral, em desacordo com as cláusulas 12°, 13° e 16° da CCT apresentada pela empresa.<br>O Senado Federal não considerará os itens 'Assistência Médica', 'Seguro de Vida', 'Auxílio Funeral' ou quaisquer outros itens cuja obrigação de arcar com seus custos POSSUA CONDICIONANTES que limitem as obrigações da empresa, e/ou que apliquem a obrigação somente aos profissionais da empresa que prestem serviços terceirizados vinculados a um tomador de serviço. Não há condicionantes nas cláusulas da CCT citadas acima, sendo assim a empresa DEVE cotar os benefícios em referência. |
| 2.18 | Caso não cotado algum benefícios previsto em CCT, há justificativa válida apresentada pela empresa?  |     | x   |               | Ver item 2.17.  |
| 2.19 | Há alguma categoria com fator K superior a 2,70 sem justificativa plausível (caso haja, deve ser pedida redução dos valores à empresa)?  |     |     |               | Será avaliado posteriormente.   |
| 2.20 | No caso da empresa se beneficiar da desoneração, mesmo que o fator K seja menor que 2,70, há valores abusivos de lucro, despesas administrativas ou quaisquer outros elementos da planilha (caso haja, deve ser pedida redução dos valores à empresa)?   |     |     |               | Será avaliado posteriormente.   |
| 2.21 | Os percentuais decorrentes de obrigação legal foram cotados corretamente?  |     |     |               | Quanto à decisão judicial apresentada que visa garantir o direito da licitante de se submeter ao regime não cumulativo de PIS/COFINS mesmo sendo seu regime de tributação o lucro real, solicitamos a comprovação formal quanto ao eventual cumprimento provisório do acórdão do TRF4 por parte da Receita Federal.   |

|             |  |   |   |   |   |
|-------------|--|---|---|---|---|
| 2.22        | Os percentuais decorrentes de dados estatísticos foram calculados corretamente e possuem justificativas plausíveis?  | x |   |   |   |
| 2.23        | No caso de haver outros itens na contratação sem relação com terceirização, os cálculos aritméticos foram efetuados corretamente?  |   |   | x |   |
| 2.24        | As verbas variáveis foram calculadas de acordo com o número de dias considerados usualmente pelo Senado (22 dias para 2ª a 6ª; 15 dias para escala 12x36; 26 dias para 2ª a sábado)? Em caso negativo, foram apresentadas as devidas justificativas? |   | x |   |   |
| 2.25        | Foi cotada indevidamente Contribuição Assistencial?  |   | x |   |   |
| 2.26        | O valor do auxílio-alimentação obedece ao estipulado pela decisão da Comissão Diretora do Senado Federal (R\$ 22,12 ao dia por empregado, no mínimo)   | x |   |   |   |
| <b>2.27</b> | <b>A planilha foi apresentada na forma mais atualizada?</b>  |   | x |   | <b>A licitante deve respeitar o formato de planilha definido no anexo 7 do edital (apontamento já foi feito anteriormente).</b> |

(assinado eletronicamente)

Fernando Kiss Campos

Serviço de Elaboração de Estimativas de Custos-SELESC